

A OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA AGRICULTURA GAÚCHA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PESQUISA RURAL DA EMATER/RS DE 1992¹

Sergio Schneider²

Resumo

O artigo analisa as formas de utilização da força de trabalho nas propriedades de agricultores do Rio Grande do Sul, a partir de uma pesquisa de situação elaborada pela EMATER em 1992. O objetivo do trabalho é comparar a alocação do tempo de trabalho das famílias rurais em atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora da propriedade. A forma de utilização da força de trabalho (em tempo integral, parcial ou mesmo fora da propriedade) pelos indivíduos das famílias foi comparada com as variáveis idade, sexo, área da propriedade e contratação de trabalhadores. Essa comparação se baseia em informações de quatro microrregiões e quatro municípios-tipo, caracterizados pela forte presença da agricultura familiar, situados na assim chamada "metade-norte" do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chaves: *agricultura; uso da força de trabalho; tempo de trabalho; atividades agrícolas e atividades não agrícolas.*

THE WORK FORCE OCCUPATION IN THE RIO GRANDE DO SUL LAND-BASED FARMING: AN ANALYSES FROM THE PERSPECTIVES OF EMATER RURAL CONTEXTUAL RESEARCH, 1992

Abstract

This paper investigates social forms of labor occupation and employment in rural areas of Rio Grande do Sul, based on data collected by the contextual research carried out by EMATER, in 1992. Labor time employed inside and outside the farm units was compared, trying to associate different forms of labor occupation (full time, partial time or multiple-holding types of jobs) to variables such as age, gender, availability of land and hiring of wage labor. Data for this comparison were extracted from four micro-regions and four selected municipalities, which are know strongholds of family-based agriculture, all of them found in the so-called "North-Half" of Rio Grande do Sul.

Key-Words: *agriculture; use of labor force; labor time; agricultural and non-agricultural activities.*

¹ O autor agradece aos comentários e sugetões de Anita Brumer a uma versão preliminar deste texto, a colaboração e boa vontade de Terezinha Marques Flor, da Divisão de Informática da EMATER/RS e ao auxílio do acadêmico de estatística da UFRGS, Sergio Kakuta Kato, no processamento dos dados.

² Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: schneide@vortex.ufrgs.br

1. O Desempenho Recente do Emprego Agrícola e das Atividades Não Agrícolas no Rio Grande do Sul

Durante muito tempo os estudiosos da agricultura acreditaram que o desenvolvimento do capitalismo nesse setor percorreria uma trajetória semelhante ao que havia se passado na indústria. No entanto, as transformações ensejadas pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura, especialmente a partir de meados dos anos sessenta, revelaram que não apenas o trabalho assalariado não se generalizou como a principal forma de ocupação e relação de trabalho, como também indicaram que os avanços tecnológicos e a organização da produção não atingiram os patamares de adoção e generalização que os equiparasse aos processos produtivos industriais. Ainda assim, é inegável que, no período citado, a agricultura mundial, particularmente nos países centrais, foi submetida a transformações sem precedentes na história da humanidade. Os resultados mais gerais desse processo são notórios, podendo-se afirmar, contudo, que o aumento da produtividade do trabalho agrícola, a diminuição das populações residentes no meio rural e o crescimento extraordinário dos volumes de produção e da elevação dos rendimentos físicos estão entre os seus resultados mais notáveis.

No caso do Rio Grande do Sul, os processos que geraram a vertiginosa transformação da agricultura e do “mundo rural” no período recente de nossa história podem ser divididos em três períodos distintos. O primeiro promoveu a “euforia” da modernização produtiva, iniciada na década de 1970, quando os governos militares empreenderam uma inédita transformação de algumas regiões agrárias brasileiras (em especial no centro-sul do País), retirando-as de seu atraso tecnológico e inserindo-as em circuitos propriamente capitalistas – o que permitiu não apenas a constituição de novas estruturas de produção, mas também o desenvolvimento de uma nova racionalidade de gestão agrícola. Esgotada essa primeira fase de mudanças, simbolizada pelo ano de 1981, quando foram modificadas as normas financeiras do primeiro período, particularmente no que se refere ao esgotamento da política de crédito rural subsidiado, os anos seguintes foram marcados por uma dinâmica inteiramente nova da agricultura. A década de 1980 representou, de fato, um outro período singular, com as evidências de um ajuste macroeconômico persistente e, como resultado, uma crescente deterioração dos aparatos institucionais ligados ao “mundo rural”, além da incapacidade financeira crescente do Estado em manter mecanismos de estímulo e/ou sustentação da agricultura similares aos do período anterior, em especial aqueles relacionados aos reclamos de financiamento da produção nas condições antes estabelecidas. A presente década, por sua vez, introduziu outros contornos econômicos e políticos, identificando uma terceira e diferente etapa do desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul. Nestes anos mais recentes, com o forte recuo do Estado e suas políticas para o meio rural, modificou-se ainda mais o “ambiente social e

produtivo” no qual passou a inserir-se a agropecuária gaúcha, não apenas desafiando os estudiosos e suas ferramentas analíticas, mas, principalmente, materializando novos desafios e impasses que têm confrontado os próprios produtores, provavelmente em magnitude sem precedentes.

Como resultados dessas mudanças mais gerais, observa-se, nos últimos anos, uma forte modificação demográfica no meio rural, com a diminuição constante das famílias dedicadas às atividades propriamente agrícolas, o que repercutiu sobre a estrutura de ocupação rural no Estado. Uma das principais modificações a que se assiste nas últimas duas décadas é a diminuição absoluta da população que reside no meio rural. Em recente pesquisa, baseada em dados do IBGE, obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), constatou-se que em 1981 havia 2,119 milhão de pessoas, com 10 anos ou mais de idade, que residiam no meio rural gaúcho. Já em 1997 este número tinha caído para 1,627 milhão, portanto uma diminuição de 492 mil pessoas que deixaram o meio rural e foram habitar em outros locais, provavelmente nos centros urbanos.

Além da diminuição do número total de pessoas que tinham domicílio rural, também houve uma mudança significativa no perfil das pessoas que estavam ocupadas no meio rural (nesse caso, a população economicamente ativa - PEA). Ao analisar-se esses mesmos dados do IBGE, verificou-se que entre 1981 e 1997 houve uma diminuição expressiva das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, que passaram de 1,160 milhão para 815 mil, portanto uma perda de 345 mil postos de trabalho. Em razão disso, aumentou significativamente o contingente de pessoas desempregadas no meio rural. Entre 1981 e 1992 o desemprego cresceu a uma taxa anual de 4,7% na agricultura e entre 1992 e 1997 essa taxa saltou para 17,8% ao ano, registrando-se a presença de 23.800 pessoas desempregadas em todo o Estado somente no ano de 1997. Os empregados agrícolas, que em 1981 eram 146.300 em todo Rio Grande do Sul, reduziram-se para 107.600 em 1997. Como se vê, a falta de emprego, que em geral é vista como um fenômeno típico das cidades, chegou ao campo nestes últimos anos, atingindo mais diretamente aquelas pessoas que vivem do assalariamento agrícola, como é o caso daquelas que trabalham nos setores da orizicultura e da pecuária no Estado.

A diminuição da população rural e do emprego em atividades agrícolas em particular não afetou apenas a categoria dos empregados agrícolas, mas atingiu também as pessoas que se declararam ocupadas em “atividades não remuneradas” ou por “conta própria”, como é usualmente o caso daqueles que hoje se chamam de agricultores familiares. Em 1981, essas duas categorias somavam 992.300 trabalhadores, reduzindo-se para 680.700 em 1997, portanto uma queda de 311.600 pessoas. Em parte, esta redução das pessoas ocupadas em atividades agrícolas pode ser explicada pela dinâmica demográfica da população rural, especialmente em razão do aumento do número de aposentados, que entre 1992 e 1997 cresceu a uma taxa anual de 6,4%.

Este desempenho do emprego e das formas de ocupação da agricultura gaúcha nas últimas duas décadas se operou em um cenário macroeconômico extremamente adverso, especialmente devido à queda vertiginosa dos preços dos principais produtos agrícolas da agropecuária gaúcha. Segundo estudos de Mauro Rezende Lopes, da Fundação Getúlio Vargas, entre 1991 e 1995 os preços recebidos pelos produtores caíram 19% no caso do arroz, 27% no caso do milho, 36% no caso da soja e 54% no caso do trigo, o que sem dúvida ocasionou uma queda nas rendas dos agricultores e, conseqüentemente, dificuldades para manter suas escalas de produção. Os reflexos mais imediatos dessa situação são facilmente perceptíveis no campo, sendo a insatisfação e o protesto político dos agricultores, sejam eles pequenos ou grandes, familiares ou empresariais, sua expressão mais eloqüente.

Apesar desse quadro de dificuldades, nos anos recentes, a resposta dos agricultores gaúchos parece ter sido a busca crescente da elevação da produtividade da agropecuária. Segundo estudos da Fundação de Economia e Estatística, a produtividade aumentou em 2,4% ao ano entre 1980 e 1995, no conjunto do Estado. Em 1980, cultivavam-se em torno de 8 milhões de hectares com grãos no Rio Grande do Sul, obtendo-se cerca de 12,3 milhões de toneladas. Em 1995, a área cultivada com grãos reduziu-se para 6,3 milhões de hectares, mas a produção havia subido para 17,3 milhões de toneladas³. Portanto, em 15 anos, a produção de grãos no Estado cresceu 41%, e a superfície cultivada reduziu-se em cerca de 20,4%, aumentando o rendimento médio por hectare de 1,53 tonelada de grãos, em 1980, para 2,72 t/ha, em 1995, quase o dobro. Portanto, nas duas últimas décadas, a agricultura gaúcha ampliou os volumes da produção primária, reduziu o número de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias e diminuiu a área cultivada com grãos.

Essas informações parecem sintomáticas das características que a agricultura e o emprego rural tendem a assumir nas próximas décadas, ou seja, um setor econômico concentrado em um número cada vez menor de unidades produtivas, porém cada vez mais tecnificadas, eficientes e produtivas, que tende a gerar cada vez menos empregos.

Contrastando com esse desempenho pouco alentador da agricultura, pelo menos sob a ótica do emprego e da rentabilidade, nas últimas duas décadas o meio rural do Rio Grande do Sul apresentou sinais de reação a esse quadro de intensificação produtiva e de exclusão social crescente. A novidade vem exatamente da constatação de que está em curso um processo de desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural, como a prestação de serviços, as manufaturas e a transformação ou agregação de valor aos produtos agrícolas, entre outras, cujos efeitos sobre as rendas familiares e a ocupação da mão-de-obra parecem ser bastante promissores.

³ Segundo Benetti (1997), somente na região do Alto Uruguai, onde predominam as pequenas propriedades, a redução da área plantada com grãos, entre 1985 e 1995, foi de mais de 900 mil hectares.

Entre 1981 e 1997 a população economicamente ativa gaúcha (com 10 anos de idade ou mais), com domicílio rural, que estava ocupada em atividades não agrícolas elevou-se de 276.500 para 324.100, registrando um aumento de quase 50 mil postos de trabalho. Entre 1992 e 1997 os ramos de atividades não agrícolas que mais cresceram no meio rural gaúcho foram a prestação de serviços (3% a.a.), os serviços auxiliares de atividades econômicas (19,1% a.a.) e o ramo de transportes e comunicação (7,4% a.a.), indicando que as atividades econômicas que mais crescem são aquelas associadas ao setor de serviços e da agregação de valor aos produtos agrícolas. Esse crescimento das atividades não agrícolas fez com que, em 1997, o meio rural gaúcho já contasse com 67.500 pessoas que podiam ser consideradas “duplo-ativas”, pois combinavam a agricultura com outras formas de ocupação não agrícola durante todo o ano⁴.

Os dados até aqui mencionados foram obtidas através das tabulações especiais produzidas a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) pela equipe do “Projeto Rurbano”⁵, com a cobertura de 15 anos, com início em 1981 e em cinco momentos da década de noventa (1992, 1993, 1995, 1996 e 1997). Como se sabe, a PNAD é uma pesquisa amostral com base no último Censo Demográfico disponível, cujo objetivo é investigar as características demográficas e sócioeconômicas dos domicílios e indivíduos neles residentes. Em cada Estado, a pesquisa opera com uma amostra que investiga a situação dos domicílios em áreas rurais, urbanas e metropolitanas. Portanto, os níveis máximos de desagregação possível dos dados têm como limite os recortes por local de domicílio (rural, urbano e metropolitano) e por setor de atividade profissional (agrícola ou não agrícola), não sendo possível nenhum tipo de regionalização⁶.

Por essa razão, este trabalho buscará uma interpretação preliminar acerca do crescimento das atividades rurais não agrícolas em quatro microrregiões e quatro municípios tipo, com base em informações de uma pesquisa de situação realizada pela EMATER/RS⁷. A Pesquisa Rural da EMATER tomou como base os dados primários coletados através de entrevistas pessoais (individuais e isoladas) com os produtores, utilizando um questionário estruturado a partir de questões elaboradas pelos técnicos da empresa

⁴ Sobre este tema consultar OCDE (1996), Graziano da Silva (1997a) e Graziano da Silva; Balsadi e Del Grossi (1997).

⁵ O projeto Rurbano é o esforço de um grupo de pesquisadores de onze unidades da federação que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas. Trata-se de um projeto temático de equipe com apoio da Fapesp e da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, coordenado pelo Professor José Graziano da Silva da UNICAMP. Maiores informações estão disponíveis na *home-page* [<http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano.html>].

⁶ Para maiores detalhes consultar Graziano da Silva e Del Grossi (1997a) e Del Grossi (1999).

⁷ A EMATER é a empresa encarregada da prestação de serviços de assistência técnica e de programas de desenvolvimento rural aos agricultores do Estado do Rio Grande do Sul.

(EMATER, 1992). Outro motivo que estimulou este trabalho foi a constatação inicial de Brumer (1996) de que em determinada microrregião do Estado, conforme se verá a seguir, havia uma presença significativa de homens e mulheres que dedicavam boa parte de seu tempo de trabalho às atividades fora da propriedade.

Nesse sentido, o trabalho busca conhecer mais detalhadamente as formas de ocupação do tempo de trabalho da população rural, utilizando-se das informações por microrregiões selecionadas no Estado do Rio Grande do Sul, obtidas através da pesquisa da EMATER/RS. Trata-se, portanto, de verificar algumas hipóteses que podem ajudar a compreender as razões que têm levado um número cada vez maior de membros das famílias de agricultores a dedicar-se ao trabalho fora da propriedade, geralmente em atividades não agrícolas. Este esforço será concentrado, inicialmente, no estudo de quatro microrregiões e seus respectivos municípios-tipo, esperando-se que em uma etapa posterior possa-se estender a análise para todo o Estado.

2. A Pesquisa de Situação da EMATER: observações preliminares

A amostragem utilizada pela EMATER/RS teve como universo os 498.713 estabelecimentos rurais cadastrados nos 244 municípios existentes no Estado no ano de 1985, distribuídos nas 24 microrregiões homogêneas, segundo a classificação do IBGE. Para escolher os locais das entrevistas, as coordenadorias regionais da EMATER selecionaram municípios-tipo cujos critérios eram ser sede de um escritório da empresa e serem representativos tanto das microrregiões homogêneas do IBGE como das regiões administrativas da EMATER. A amostra obtida abrangeu 42 municípios-tipo e um público de 106.377 estabelecimentos rurais do Estado em 1985. Destes, selecionaram-se 3.584 estabelecimentos agropecuários (correspondendo a 3,37% dos estabelecimentos existentes no universo dos 42) extraídos da listagem do INCRA referente ao ano de 1989, com base em uma amostra probabilística e randômica metrificada (EMATER, 1992a e 1992b).

Este trabalho tem como objetivo discutir as informações levantadas pela pesquisa de situação da EMATER sobre a ocupação da mão-de-obra dentro das propriedades dos agricultores em quatro microrregiões e seus respectivos municípios-tipo. A variável chave da análise é o uso da força de trabalho e tempo de trabalho que os membros das famílias de agricultores dedicam ao trabalho agrícola e não agrícola. Para melhor conhecer as razões e as características dos indivíduos que trabalham em tempo integral, parcial ou mesmo fora da propriedade, foram anexadas informações sobre a idade, o sexo, o tamanho da propriedade e a contratação de trabalhadores.

Acredita-se que o tempo de trabalho que os indivíduos dedicam às atividades da propriedade (integral ou parcial) e aquelas realizadas em outro

local (fora da propriedade) constitui-se em um bom indicador da forma de ocupação da força de trabalho das famílias de agricultores. Através deste indicador, pretende-se avançar hipóteses explicativas para demonstrar que a alocação da força de trabalho nas propriedades ocorre de modo diversificado não apenas de uma região ou município-tipo para outro mas também de acordo com variáveis internas das propriedades como o tamanho da família (número de membros da propriedade), o tamanho da propriedade e a idade dos membros da famílias, que a seguir serão detalhados.

Além dessas observações, cabem ainda alguns esclarecimentos sobre os procedimentos adotados no levantamento das informações, especialmente em relação às definições adotadas. Embora o manual de instruções utilizado para a pesquisa não forneça indicações sobre os critérios utilizados para definir, por exemplo, a quantidade de tempo necessária para se considerar que um indivíduo está ocupado em tempo parcial na propriedade, os contatos com os coordenadores da pesquisa auxiliariam a dirimir algumas dúvidas e preencher importantes lacunas sobre as definições utilizadas. Uma pessoa foi considerada ocupada em tempo integral na propriedade quando possuía como ocupação principal uma atividade exclusivamente relacionada ao cultivo da terra, à realização de tratos culturais e ao manejo de animais. Quando um indivíduo combina a execução das atividades agrícolas com outras tarefas, dentro ou fora da propriedade, que representam dispêndio de tempo de trabalho, ele passa a ser considerado ocupado em tempo parcial. Assim, os entrevistadores consideraram como pessoas ocupadas em tempo parcial as esposas dos agricultores que dedicavam apenas parte de sua jornada de trabalho às atividades propriamente agrícolas ou aquelas ligadas aos tratos culturais das plantas. Também foram considerados ocupados em tempo parcial os jovens e adolescentes que trabalhavam na propriedade e estudavam durante um determinado período do dia. Da mesma forma, se algum membro da família tivesse uma ocupação fora da propriedade, que não fosse de jornada integral, também passaria a ser considerado como ocupado em tempo parcial. Este é o caso, por exemplo, dos motoristas e seus ajudantes que comercializam produtos agrícolas ou realizam outros transportes, das mulheres que executam serviços domésticos nas áreas urbanas próximas ao seu local de moradia, entre outros.

Já a ocupação fora da propriedade ocorria quando algum dos membros da família executava atividades externas à propriedade, em atividades agrícolas ou não agrícolas. Nesse caso, o manual do entrevistador não esclarece a relação desses indivíduos com a propriedade, pois não há como saber se eles indivíduos prestam ou não algum auxílio na propriedade após o expediente de trabalho fora dela. Mesmo assim, a informação sobre as ocupações dos membros das famílias de agricultores em atividades fora da propriedade parece constituir-se em indicador razoável da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. É claro que não se pode afirmar em que proporção isso ocorre, em virtude da natureza das perguntas formuladas no questionário da EMATER/RS, mas não se

pode desconhecer o fato de que essa informação revela que nem todos os indivíduos que residem em propriedades agrícolas têm ali o seu local de trabalho e sua fonte principal de renda.

Os dados utilizados neste trabalho se referem às propriedades de quatro microrregiões e quatro municípios-tipo correspondentes, que foram escolhidos de forma não aleatória, mas levando em consideração as especificidades da ocupação da força de trabalho na agricultura gaúcha. As microrregiões da Serra e do Vale do Taquari foram escolhidas para viabilizar a comparação com trabalhos anteriores realizados sobre o tema da pluriatividade e das atividades não agrícolas (Schneider, 1995; 1999). Com base nestes estudos, esperava-se que nas duas regiões houvesse uma maior concentração de propriedades onde alguns membros das famílias dos agricultores se ocupassem em atividades fora da propriedade. A microrregião do Alto Uruguai foi escolhida por ser umas das áreas onde a agricultura ainda é a principal atividade econômica, e a maior parte da população reside no meio rural, permitindo assim um exercício comparativo com as outras regiões. Já a microrregião da Depressão Central foi selecionada em razão de aparecer no estudo preliminar de Brumer (1996) como a região do Estado onde havia maior proporção de membros das famílias de agricultores que se ocupavam apenas em tempo parcial na propriedade ou que trabalhavam fora dela.

Além das quatro regiões, escolheu-se também quatro municípios-tipo, entre aqueles previamente selecionados pelos técnicos da EMATER, como representativos da realidade de cada microrregião. O conjunto dos municípios-tipo e as respectivas microrregiões a que pertencem são listados a seguir, bem como aqueles escolhidos para este estudo, que aparecem grafados em itálico. Na Tabela 1, é apresentada a amostra das propriedades pesquisadas em cada região e nos municípios-tipo, bem como o total de indivíduos residentes nesses estabelecimentos.

Serra: *Nova Petrópolis* (Farroupilha, Lagoa Vermelha, Nova Prata, André da Rocha, Guabiju, Protásio Alves, São Jorge, Vista Alegre);

Vale Taquari: *Montenegro*⁸ (Barros Cassal, Encantado, Estrela, Guaporé, Vanâncio Aires, Teutônia, Dois Lajeados, Harmonia, Imigrante e Relvado);

Depressão Central: *Restinga Seca* (Cruz Alta, Santiago, São Pedro do Sul e Sobradinho);

Alto Uruguai: *Aratiba* (Campinas do Sul, Getúlio Vargas, Machadinho, Erebangó, Estação, Ipiranga do Sul).

⁸ Na ocasião da pesquisa de campo, o atual município de Harmonia ainda era um distrito de Montenegro, razão pela qual os dados referentes a Montenegro englobam também Harmonia.

Tabela 1. Número total de propriedades e indivíduos nas microrregiões e nos municípios-tipo do RGS.

Região / Município	Total Propriedades	Total indivíduos
<i>Região</i>		
Serra	301	1261
Vale do Taquari	598	2648
Depressão Central	467	2026
Alto Uruguai	300	1410
<i>Município</i>		
Nova Petrópolis	80	333
Montenegro	140	609
Restinga Seca	50	183
Aratiba	80	369

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

Os dados da Tabela 2, compilados por Brumer (1996) com base na "Pesquisa Rural" da EMATER, constituíram-se em importante fonte para este trabalho e representaram um convite para aprofundar os conhecimentos sobre a forma de ocupação da força de trabalho na agricultura gaúcha e o tempo que os membros da família dedicam ao trabalho na propriedade e fora dela. Ao contrário dos resultados que apontamos em trabalhos anteriores (Schneider, 1994), Brumer mostrou que a maior proporção de indivíduos que residem na propriedade mas trabalham fora dela não se localiza nas regiões de colonização mais antiga do Rio Grande do Sul, especialmente na região da Serra e do Vale do Taquari. Segundo os dados apresentados pela autora, as maiores proporções de homens e de mulheres trabalhando fora do estabelecimento agrícola encontram-se na microrregião da Depressão Central (20,5% no caso de homens e 28,9% no caso de mulheres) e revela-se um fenômeno que ocorre em todas as demais regiões do Estado⁹.

⁹ Na regionalização adotada pela EMATER, a região da Colônia Velha alemã distribui-se pelas microrregiões administrativas da Serra, do Vale do Taquari e parte da Metropolitana.

Tabela 2. Rio Grande do Sul. Distribuição da população residente nos estabelecimentos agropecuários por tipo de trabalho, por sexo, e por regiões administrativas da EMATER/RS, 1992 (%).

Regiões	Homens que trabalham no estabelecimento			Mulheres que trabalham no estabelecimento		
	Tempo Integral	Tempo Parcial	Fora	Tempo Integral	Tempo Parcial	Fora
Campanha	68.3	19.7	12.0	70.2	15.2	14.6
Serra	66.1	20.4	13.5	68.8	13.3	17.9
Vale Taquari	74.1	13.3	12.6	76.0	13.6	10.4
Planalto	85.0	10.3	4.7	77.3	14.0	8.7
Zona Sul	70.9	19.0	10.1	64.5	16.9	18.6
Metropolitana	69.0	19.8	11.2	67.3	17.5	15.2
Depressão Central	67.4	12.1	20.5	58.9	12.2	28.9
Noroeste	76.8	16.9	6.3	74.2	19.4	6.4
Alto Uruguai	84.0	11.6	4.4	79.7	13.1	7.2
Estado	73.2	15.7	11.1	70.4	15.1	14.5

Fonte: Pesquisa Rural EMATER, adaptado por Brumer (1996).

3. Trabalho Agrícola e não Agrícola

Em relação à forma de ocupação da mão-de-obra nas propriedades, os dados da Tabela 3 revelam que a maior parcela da força de trabalho dos agricultores das quatro microrregiões e municípios-tipo escolhidos permanece sendo ocupada prioritariamente com as atividades agrícolas em tempo integral. No entanto, também deve ser salientada a importância do trabalho em tempo parcial e sobretudo os indivíduos que trabalham fora da propriedade. Essa ressalva parece ser importante, pois a amostra da EMATER, conforme exposto acima, foi concebida e planejada para abarcar o universo de agricultores de um determinado município que os técnicos e extensionistas julgavam representativo da realidade de uma região mais ampla. Nesse sentido, é sintomático constatar que em 1992, na região da Depressão Central, 23,8% dos indivíduos ocupados trabalhavam fora da propriedade, ou seja, são indivíduos que residem em uma propriedade e pertencem a um núcleo familiar mas não se dedicam ao trabalho agrícola¹⁰.

¹⁰ Os dados que serão apresentados a seguir diferem daqueles expostos por Brumer (1996) em razão introdução de uma coluna (NR) que separa os indivíduos que trabalham daqueles que não possuem nenhum tipo de atividade, dentro ou fora da propriedade. Além disso, no trabalho de Brumer os dados somente aparecerem separados por sexo e por microrregião.

Tabela 3. Tempo de trabalho integral e parcial que os indivíduos dedicam às atividades agrícolas às atividades fora da propriedade no RGS.

Microrregiões	Tempo que dedica à propriedade							
	Integral		Parcial		Fora		NR ¹¹	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Serra	778	61,7	199	15,8	182	14,4	102	8,1
Vale do Taquari	1806	68,2	323	12,2	278	10,5	241	9,1
Depressão Central	1246	61,5	239	11,8	482	23,8	57	2,8
Alto Uruguai	1041	73,8	157	11,1	73	5,2	141	10,0
Municípios-tipo								
Nova Petrópolis	187	56,2	58	17,4	60	18,0	28	8,4
Montenegro	355	58,3	83	13,6	81	13,3	90	14,8
Restinga Seca	146	79,8	19	10,4	18	9,8	-	-
Aratiba	265	71,8	37	10,0	21	5,7	46	12,5

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

Outro aspecto a ser notado é que a região do Alto Uruguai apresenta os mais baixos índices de membros das famílias que trabalham fora da propriedade (5,2%), o que em parte pode ser explicado pela debilidade do mercado de trabalho não agrícola da região, caracterizado pelas poucas oportunidades de emprego em atividades distintas da agricultura, excetuando-se, é claro, o pequeno comércio local. Em relação aos municípios selecionados, os dados não demonstram grandes diferenças, com exceção da elevação do índice de indivíduos que trabalha fora da propriedade na cidade de Nova Petrópolis (18%) *vis-à-vis* a região à qual pertence. Já o município de Restinga Seca, localizado na Depressão Central, apresenta um índice bem inferior de indivíduos que trabalham fora da propriedade quando comparado com a região a que pertence, 9,8% e 23,8%, respectivamente. Acredita-se que, nessa região, o fenômeno do trabalho fora da propriedade esteja em parte relacionado à exploração de pedras semipreciosas por parte de alguns membros da família que residem em áreas rurais, o que evidentemente não parece ser o caso do município de Restinga Seca.

Em relação às microrregiões da Serra e do Vale do Taquari, bem como seus respectivos municípios-tipo, a ocupação da força de trabalho no interior das propriedades ainda é predominantemente agrícola, embora a proporção dos indivíduos ocupados apenas em tempo parcial e fora da propriedade não seja desprezível.

De modo geral, contudo, é importante salientar que a combinação da atividade agrícola com outras realizadas fora da propriedade é um fenômeno que ocorre nas quatro regiões analisadas (mesmo naquelas que podem ser

¹¹ Nesta coluna estão inseridos todos aqueles membros das famílias de agricultores que declaram não trabalhar e também aqueles que se recusaram a responder ao questionário.

consideradas quase exclusivamente rurais e agrícolas como a do Alto Uruguai). Essa constatação permite lançar indagações acerca dos aspectos que podem favorecer ou não esse tipo de articulação ocupacional da força de trabalho da agricultura gaúcha.

Nesse sentido, o primeiro elemento ao qual se recorre para aprofundar o conhecimento desse fenômeno é sua relação com o tamanho da área física dos estabelecimentos investigados. As quatro tabelas que se apresentam a seguir detalham a relação tempo de trabalho *versus* tamanho de área das propriedades.

Na região da Serra e no município de Nova Petrópolis, é interessante notar que, entre os proprietários de até 5 hectares, o número de membros que trabalham fora da propriedade se equipara aos que trabalham em tempo integral na propriedade. Tomando-se o município de Nova Petrópolis isoladamente, nas propriedades com até 5 hectares, os membros da família que trabalham fora (35,7%) superam proporcionalmente os que trabalham em tempo integral na propriedade (21,4%).

Tabela 4. Tempo de trabalho que os indivíduos dedicam às atividades agrícolas em tempo Integral e Parcial e às atividades Fora da Propriedade por estrato de área na região da Serra e no município de Nova Petrópolis.

Área		Serra				Nova Petrópolis			
		Integral	Parcial	Fora	NR	Integral	Parcial	Fora	NR
0 a 5	%	32,0	23,7	29,9	14,4	21,4	21,4	35,7	21,4
	n	31	23	29	14	9	9	15	9
5,1 a 10	%	57,7	10,8	24,3	7,2	60,9	10,9	26,1	2,2
	n	64	12	27	8	28	5	12	1
10,1 a 15	%	63,5	19,3	9,4	7,7	58,0	15,9	14,5	11,6
	n	115	35	17	14	40	11	10	8
15,1 a 20	%	62,8	16,1	8,3	12,8	63,1	19,0	9,5	8,3
	n	113	29	15	23	53	16	8	7
20,1 a 30	%	70,4	14,4	7,8	7,4	61,5	19,2	13,5	5,8
	n	171	35	19	18	32	10	7	3
30,1 a 50	%	69,9	14,5	10,4	5,2	73,5	20,6	5,9	-
	n	135	28	20	10	25	7	2	-
+ de 50,1	%	58,2	14,5	21,5	5,9	-	-	100,0	-
	n	149	37	55	15	-	-	6	-

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

Neste caso, parece evidente que os dados espelham a situação já descrita em outros trabalhos, da pluriatividade das famílias de agricultores que se organizam de tal modo que parte dos membros da unidade familiar continua residindo na propriedade mas trabalhando nas indústrias de calçados que se situam no meio rural dessa região, configurando a típica situação dos chamados

“colonos-operários” (Schneider, 1994; 1999). Além disso, não deve passar despercebido na Tabela 3 que há uma relação inversa entre o tamanho da propriedade e o tempo de trabalho que os indivíduos dedicam às tarefas agrícolas. Quanto maiores são as propriedades, menores são as proporções de indivíduos que se ocupam em tempo parcial ou trabalham fora dessa unidade, indicando que, em situações de insuficiência de terra para explorar, concomitantemente com a migração para os centros urbanos, as famílias optam pela alocação de alguns de seus membros em atividades fora da propriedade, ainda que nela permaneçam residindo.

Embora de modo menos evidente, a microrregião do Vale do Taquari e o município de Montenegro também se inserem nesse contexto, ainda que a proporção de indivíduos que trabalham fora da propriedade não cresça a níveis tão expressivos quanto na região anterior, entre os proprietários de até 5 hectares.

Tabela 5. Tempo de trabalho que os indivíduos dedicam às atividades agrícolas em tempo Integral e Parcial e às atividades Fora da Propriedade por estrato de área na região do Vale do Taquari e no município de Montenegro.

Área		Vale do Taquari				Montenegro			
		Integral	Parcial	Fora	NR	Integral	Parcial	Fora	NR
0 a 5	%	57,0	17,1	20,1	5,8	42,9	19,0	27,4	10,7
	n	167	50	59	17	36	16	23	9
5,1 a 10	%	70,2	10,7	10,9	8,3	60,3	13,7	15,3	10,7
	n	374	57	58	44	79	18	20	14
10,1 a 15	%	66,0	13,1	8,3	12,5	55,1	14,7	8,3	21,8
	n	348	69	44	66	86	23	13	34
15,1 a 20	%	71,4	14,3	7,8	6,4	72,9	8,6	11,4	7,1
	n	255	51	28	23	51	6	8	5
20,1 a 30	%	68,2	11,3	9,6	10,9	59,1	11,4	12,5	17,0
	n	319	53	45	51	52	10	11	15
30,1 a 50	%	77,5	6,8	7,9	7,9	70,7	2,4	12,2	14,6
	n	217	19	22	22	29	1	5	6
+ de 50,1	%	65,9	13,4	11,7	8,9	56,4	23,1	2,6	17,9
	n	118	24	21	16	22	9	1	7

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

Já na região da Depressão Central, o cruzamento dos estratos de área com a forma de ocupação da força de trabalho das propriedades revela que há relativamente baixa variabilidade nos dois indicadores, independente do tamanho da superfície de terra que o proprietário tiver. Conforme hipóteses antes mencionadas, a presença do trabalho fora das propriedades entre os agricultores de todos os tamanhos de área pode ser explicada, provavelmente, pela presença antiga e generalizada das atividades de exploração mineral de

pedras semipreciosas na região, que se realiza tanto entre os pequenos proprietários quanto entre aqueles que possuem mais de 50 hectares¹². Evidentemente, o município de Restinga Seca revela poucas semelhanças com o que foi dito em relação à região da Depressão Central como um todo, conforme mostra a Tabela 6¹³.

Tabela 6. Tempo de trabalho que os indivíduos dedicam às atividades agrícolas em tempo Integral e Parcial e às atividades Fora da Propriedade por estrato de área na região da Depressão Central e no município de Restinga Seca

Área		Depressão Central				Restinga Seca		
		Integral	Parcial	Fora	NR	Integral	Parcial	Fora
0 a 5	%	56,5	11,7	27,8	3,9	73,0	10,8	16,2
	n	130	27	64	9	27	4	6
5,1 a 10	%	60,8	12,7	22,8	3,8	100,0	-	-
	n	96	20	36	6	4	-	-
10,1 a 15	%	63,2	9,8	23,3	3,8	78,3	17,4	4,3
	n	168	26	62	10	18	4	1
15,1 a 20	%	70,4	11,6	14,4	3,7	87,5	-	12,5
	n	152	25	31	8	7	-	1
20,1 a 30	%	64,9	9,2	24,1	1,8	77,8	22,2	-
	n	183	26	68	5	7	2	-
30,1 a 50	%	72,5	11,9	13,8	1,9	80,0	17,1	2,9
	n	195	32	37	5	28	6	1
+ de 50,1	%	54,0	13,5	30,1	2,3	82,1	4,5	13,4
	n	323	81	180	14	55	3	9

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

A região do Alto Uruguai e o município de Aratiba, ao contrário das anteriores, revela, entre outras coisas, como podem ser ricos os resultados de uma análise comparação. Em oposição ao que se verifica nas microrregiões da Serra e do Vale do Taquari, nessa área a presença do trabalho fora da propriedade não revela nenhuma associação com o tamanho físico das propriedades. Essa constatação, no entanto, não é contraditória com o que se afirmou anteriormente, onde se enfatizou que o emprego fora da propriedade poderia constituir-se em uma alternativa em face da insuficiência de uma área de terra que pudesse minimamente garantir a reprodução da família. Aqui a explicação reside no fato de que o trabalho fora da propriedade ou mesmo

¹² Na região da Depressão Central, boa parte das pessoas que trabalham fora da propriedade podem estar empregadas nas atividades do setor de prestação de serviços, que é bastante desenvolvido na cidade de Santa Maria (cidade pólo da região) e municípios circunvizinhos.

¹³ A única maneira de saber se o município de Restinga Seca é absolutamente destoante em relação a região da Depressão Central como um todo seria a partir de uma análise de cada município-tipo selecionado pela EMATER, tarefa que foge aos interesses deste trabalho.

aquele realizado em tempo parcial pelos membros das famílias de agricultores ocorre de modo privilegiado em situações onde o mercado de trabalho de atividades não agrícolas é relativamente bem desenvolvido. Ou seja, não é a posse de um pequeno pedaço de terra ou de uma propriedade maior a única variável responsável pela existência ou não da pluriatividade (combinação de diferentes atividades, agrícolas e não agrícolas por parte de uma mesma família).

Há que se considerar o contexto social e o ambiente econômico para entender por que em determinadas regiões, mais do que em outras, os membros das famílias de agricultores tomam a decisão de trabalhar fora ou permanecer ocupados dentro da propriedade. Na região do Alto Uruguai, assim como no município de Aratiba, conforme mostra a Tabela 7, o que ocorre nas propriedades de até 5 hectares é uma intensificação do uso da força de trabalho nas atividades agrícolas. Em razão disso, explica-se por que 65,5% dos membros das famílias dos agricultores que possuem até 5 hectares no Alto Uruguai e 85,7% em Aratiba dedicam integralmente seu tempo de trabalho às atividades agrícolas. Nesse caso, os proprietários que possuem menos área de terra, provavelmente, intensificam seu uso para obter melhores rendimentos ou, como é usual, acabam tendo que trabalhar muito mais para fazer frente à ausência de recursos tecnológicos como tratores e colheitadeiras, que além de proibitivos para seu padrão de renda são também inadequados para seus sistemas de produção.

Tabela 7. Tempo de trabalho que os indivíduos dedicam às atividades agrícolas em tempo Integral e Parcial e às atividades Fora da Propriedade por estrato de área na região do Alto Uruguai e no município de Aratiba

Área		Alto Uruguai				Aratiba			
		Integral	Parcial	Fora	NR	Integral	Parcial	Fora	NR
0 a 5	%	65,5	8,6	12,1	13,8	85,7	-	-	14,3
	n	38	5	7	8	18	-	-	3
5,1 a 10	%	75,5	9,6	5,3	9,6	69,0	10,3	13,8	6,9
	n	71	9	5	9	20	3	4	2
10,1 a 15	%	75,7	5,5	8,8	9,9	76,9	1,9	7,7	13,5
	n	137	10	16	18	40	1	4	7
15,1 a 20	%	72,7	13,0	2,6	11,7	69,8	9,3	4,7	16,3
	n	112	20	4	18	30	4	2	7
20,1 a 30	%	77,0	8,6	5,7	8,6	68,3	11,5	5,8	14,4
	n	268	30	20	30	71	12	6	15
30,1 a 50	%	73,4	12,6	3,4	10,6	69,2	14,3	3,3	13,2
	n	262	45	12	38	63	13	3	12
+ de 50,1	%	69,7	17,0	4,1	9,2	79,3	13,8	6,9	-
	n	152	37	9	20	23	4	2	-

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

De modo geral, pode-se dizer que existem três tipos de variações que podem ser identificadas a partir da correlação entre o tamanho das propriedades e a forma de ocupação da força de trabalho das famílias de agricultores, especialmente no que se refere ao trabalho fora da propriedade. O primeiro deles ocorre nas microrregiões da Serra e em menor escala no Vale do Taquari, onde o reduzido tamanho de área em geral é compensado pelas famílias dos agricultores mediante a busca de ocupações fora da propriedade. Pelas características econômicas da região, as ocupações fora da propriedade são geralmente atividades não agrícolas ligadas à indústria da transformação, especialmente do setor coureiro-calçadista. O segundo ocorre na microrregião da Depressão Central, onde a relação existente entre tamanho de área de terra e as ocupações fora da propriedade dos agricultores não é linear, o que pode ser atribuído, talvez, às condições geográficas da região e à exploração de pedras semipreciosas. O último tipo de variação refere-se à microrregião do Alto Uruguai, onde a ausência de um mercado de trabalho de atividades não agrícolas apresenta-se como um fator de estímulo à intensificação do uso da força de trabalho integralmente em atividade agrícolas.

Outro aspecto que deve ser salientado na análise da relação entre o tamanho de área e o tempo de trabalho, e que está presente nas quatro microrregiões e respectivos municípios-tipo, anteriormente expostos, refere-se ao exame da relação positiva entre o tamanho dos estabelecimentos e o trabalho em regime de tempo integral dos membros da família¹⁴. Nas quatro microrregiões selecionadas e analisadas separadamente, parece haver uma inflexão em torno dos 50 hectares. Entre as famílias que possuem acima deste tamanho de área, a dedicação em tempo integral ao trabalho na propriedade é inferior do que no intervalo em que os tamanho das propriedades varia entre 10 e 50 hectares. Uma das explicações para esse comportamento encontra-se melhor desenvolvida na próxima seção deste trabalho, mas o argumento central, como está exposto, é de que a dedicação em tempo integral nas propriedades acima de 50 hectares tende a ser inferior que nas propriedades menores, porque são elas que contratam os trabalhadores assalariados.

Como informação complementar à relação entre tamanho de área e forma de ocupação de força de trabalho e suas implicações sobre o tempo de trabalho dedicado à agricultura, pode-se agregar duas outras variáveis: o número e a idade de pessoas residentes na propriedade.

A Tabela 8, a seguir, fornece os dados acerca do número médio de pessoas por propriedade. Chamam a atenção tanto a baixa variação da média (variando de 4,2 a 4,7 pessoas por propriedade) como a baixa variação do desvio

¹⁴ Este aspecto foi destacado por Brumer em sua leitura a uma versão preliminar deste trabalho.

padrão (variando de 1,9 a 2,1) do número de pessoas por propriedade, sendo um pouco maiores as variações encontradas nos municípios-tipo selecionados (variando o número médio de pessoas por propriedade entre 3,7 e 4,6 e o desvio padrão de 1,6 a 2,1). Devido a essa similaridade, torna-se impossível afirmar que o padrão de uso da força de trabalho, quer seja em tempo integral, parcial ou fora da propriedade, guarda relação com a quantidade de pessoas que compõem o núcleo familiar e que residem na propriedade.

Tabela 8. Número médio de pessoas por propriedade nas microrregiões e nos municípios-tipo do RGS.

Região / Município	Pessoas por propriedade		
	Média	Desvio-Padrão	Propriedades
<i>Região</i>			
Serra	4,22	1,89	301
Vale do Taquari	4,43	2,05	598
Depressão Central	4,34	1,87	467
Alto Uruguai	4,70	2,01	300
<i>Município</i>			
Nova Petrópolis	4,27	1,99	78
Montenegro	4,35	2,12	140
Restinga Seca	3,66	1,65	50
Aratiba	4,61	1,59	80

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

No entanto, outros indicadores poderiam ser utilizados para esclarecer essa questão, tais como a distribuição dos membros da família por grupos de idade, nas regiões e municípios-tipo considerados (o que faremos a seguir) e a distribuição do trabalho necessário para o desenvolvimento de atividades agropecuárias ao longo do ano (informação não disponível na base de dados coletados pela EMATER/RS).

Em relação à idade dos membros das famílias de agricultores das quatro microrregiões selecionadas, a similaridade volta a se repetir. Tanto a estratificação por faixas de idade das microrregiões da Tabela 9 como por municípios-tipo da Tabela 10, conforme se vê a seguir, demonstra que entre 35% e 40% dos indivíduos das famílias de agricultores possuem idades entre 36 e 65 anos, chegando até mesmo a 44,8% nesta faixa etária, no caso do município de Restinga Seca. Também chama atenção o fato de que menos de 10% dos indivíduos das microrregiões, com exceção da Serra, possuem idade superior a 66 anos, indicando que a população ainda é bastante jovem nessas áreas.

Tabela 9. Estratificação por faixas de idade dos membros das famílias de agricultores das regiões escolhidas

Idade	Região Serra		Região Vale do Taquari		Região Alto Uruguai		Região Depressão Central	
	n	%	n	%	n	%	n	%
0 a 10	148	11,7	357	13,5	286	14,1	176	12,5
11 a 18	174	13,8	392	14,8	326	16,1	214	15,2
19 a 35	298	23,6	726	27,4	561	27,7	376	26,7
36 a 65	509	40,4	964	36,4	721	35,6	546	38,7
66 ou mais	134	10,6	209	7,9	132	6,5	97	6,9
Total	1261	100,0	2648	100,0	2026	100,0	1410	100,0

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

Tabela 10. Estratificação por faixas de idade dos membros das famílias de agricultores dos municípios-tipo escolhidos

Idade (anos)	Nova Petrópolis		Montenegro		Aratiba		Restinga Seca	
	n	%	n	%	n	%	n	%
0 a 10	40	12,0	95	15,6	48	13,1	30	16,3
11 a 18	32	9,6	67	11,0	32	8,7	29	15,7
19 a 35	83	24,9	197	32,3	73	19,7	48	26,3
36 a 65	142	42,6	208	34,2	165	44,8	66	36,0
66 ou mais	36	10,8	42	6,9	51	13,7	10	5,7
Total	333	100,0	609	100,0	369	100,0	183	100,0

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

Na agricultura, diferentemente de outras atividades econômicas, a divisão do trabalho por sexos traduz-se em diferentes formas de uso da força de trabalho cuja intensidade é variável. Uma das explicações para essa diferença deve-se ao fato de que a propriedade do agricultor, além de ser um local de trabalho e produção também constitui-se na unidade domiciliar da família, de modo que a separação entre as atividades domésticas ou aquelas afetas ao cuidado e zelo da residência e as atividades propriamente produtivas, ligadas ao cultivo de variedades agrícolas, nem sempre é possível. Em decorrência desta configuração *sui generis*, que é a confluência entre propriedade e família, ou como pretendia Chayanov (1974), entre unidade de trabalho e unidade doméstica, torna-se difícil um cálculo exato do tempo de trabalho que os indivíduos dedicam ao conjunto das tarefas que realizam no cotidiano. Entre as muitas conseqüências que se depreendem dessa situação pode-se citar a dificuldade em determinar os rendimentos, compreender as sutilezas do processo decisório, os mecanismos de transferência do patrimônio, entre outros. É claro que esses são temas caros às ciências sociais que se ocupam das sociedades

rurais e agrárias, havendo um extenso cabedal de conhecimentos acumulados sobre eles, que não serão aqui retomados.

A principal razão para evocar esse conjunto de particularidades, que orienta a forma de organização social e econômica das unidades que se baseiam predominantemente na utilização de trabalho familiar, como, aliás, é o caso das quatro microrregiões aqui escolhidas, é que as decisões que informam a alocação do trabalho dos membros que compõem a família não se apoiam exclusivamente em elementos objetivos ou guiados por uma lógica de acumulação. Ao contrário, conforme já demonstrado por vários autores (Fuller, 1990; Carneiro, 1998; Schneider, 1999) os trabalhos fora da propriedade podem ter vários outros significados, ainda que a busca da ampliação dos ganhos monetários permaneça sendo uma das principais estratégias de reprodução social da família. As unidades familiares também se orientam por outros critérios para alocar a força de trabalho de seus membros, como acontece quando o membro da família que trabalha fora é a esposa ou outro elemento feminino. Nesse caso, o trabalho fora da propriedade pode significar o atendimento à vontade individual das mulheres no sentido de buscar atividades menos penosas do que o trabalho agrícola, ou uma forma de proporcionar uma remuneração fixa ou ainda o acesso a um estilo de vida diferente. Por outro lado, visto como uma estratégia familiar, o trabalho fora de propriedade pode ser interpretado como o primeiro passo de uma estratégia mais longa de sucessão hereditária. Nessas circunstâncias, o objetivo maior deixa de ser a vontade individual de algum dos membros e passa a atender aos interesses do grupo familiar, que busca preservar uma propriedade que seja capaz de garantir a sobrevivência de pelo menos um dos filhos, em geral o mesmo que acabará sendo incumbido da tarefa de manter os pais quando forem idosos.

Mas a variação da ocupação da força de trabalhos entre homens e mulheres no interior de um estabelecimento agrícola não é decorrente apenas da característica estrutural das propriedades que são, ao mesmo tempo, unidades de produção e trabalho e unidades domésticas constituídas por um grupo familiar ligado por laços de parentesco e consangüinidade. A diferença no uso da força de trabalho entre sexos está relacionada à própria natureza do processo de trabalho agrícola, especialmente no que se refere à intensidade do uso da mão-de-obra. Neste caso, não se trata de discriminação mas do simples fato de que certas tarefas requerem maior força física e outras maior destreza manual, sendo portanto normal que haja um separação de atividades por sexo. Na Tabela 11, apresenta-se os dados por microrregiões e municípios-tipo selecionados sobre o uso do trabalho em tempo integral, parcial e fora da propriedade segundo o sexo dos indivíduos dos estabelecimentos investigados pela EMATER.

Tabela 11. Percentual do tempo de trabalho (Integral, Parcial e Fora da Propriedade) que os indivíduos dedicam as atividades agrícolas segundo sexo.

Região		SEXO							
		Masculino (%)				Feminino (%)			
		Integral	Parcial	Fora	NR	Integral	Parcial	Fora	NR
Serra	%	60,7	18,7	12,8	7,9	62,9	12,4	16,4	8,3
	n	409	126	86	53	369	73	96	49
Vale do Taquari	%	68,0	12,2	11,5	8,3	68,5	12,2	9,4	9,9
	n	944	169	160	115	863	154	118	125
Depressão Central	%	65,7	11,8	19,9	2,6	57,1	11,8	28,0	3,1
	n	689	124	209	27	558	115	274	30
Alto Uruguai	%	75,6	10,4	4,0	10,0	71,7	11,8	6,5	10,0
	n	553	76	29	73	487	80	44	68
Municípios									
Nova Petrópolis	%	50,3	24,0	16,8	8,9	63,0	9,7	19,5	7,8
	n	90	43	30	16	97	15	30	12
Montenegro	%	57,9	13,7	15,9	12,5	58,7	13,5	10,4	17,4
	n	186	44	51	40	169	39	30	50
Restinga Seca	%	83,9	7,5	8,6	-	75,6	13,3	11,1	-
	n	78	7	8	-	68	12	10	-
Aratiba	%	71,5	11,4	5,2	11,9	72,2	8,5	6,3	13,1
	n	138	22	10	23	127	15	11	23

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

Entre os membros das famílias que se ocupam em tempo integral não se observa uma distinção significativa entre homens e mulheres, em todas as quatro microrregiões (talvez, com a exceção da Depressão Central, onde há uma variação de 65,6% de homens que trabalham em tempo integral para 57,1% de mulheres). Em relação à ocupação em tempo parcial da força de trabalho, a única exceção ocorre na região da Serra, acentuando-se expressivamente no município de Nova Petrópolis, onde a quantidade de homens que trabalham em tempo parcial (24%) representa mais do dobro das mulheres (9,7%), provavelmente refletindo a maior proporção de indivíduos do sexo masculino que se dedicam a agricultura e às atividades fora da propriedade, como é o caso da indústria de calçados, conforme anteriormente ressaltado.

No que se refere ao trabalho fora da propriedade pode-se afirmar que são significativas as proporções de homens e mulheres das regiões da Depressão Central, Serra e Vale do Taquari que possuem ocupações fora da propriedade. Entre essas destaca-se a microrregião da Depressão Central, onde 19,9% dos homens e 28% das mulheres trabalham fora, e entre os municípios-tipo, a cidade de Nova Petrópolis, onde 16,8% dos homens e 19,5% das mulheres estão ocupados em atividades fora da propriedade. Em ambas as microrregiões o fato

de serem as mulheres que mais procuram ocupações fora da propriedade pode estar relacionado com as características do mercado de trabalho não agrícola, que parece absorver essas pessoas. No caso da Serra, é a indústria de calçados e do vestuário (especialmente as pequenas malharias e confecções que produzem mercadorias de inverno) e na Depressão Central, provavelmente são as ocupações não agrícolas associadas à transformação artesanal de pedras semipreciosas. Portanto, ambos são setores onde a preferência pelo recrutamento da mão-de-obra feminina é bastante usual.

4. A Contratação de Força de Trabalho

Outro aspecto revelado pela Pesquisa Rural da EMATER refere-se ao uso de força de trabalho contratada pelos agricultores gaúchos. Segundo os dados levantados pela pesquisa de campo, a contratação de mão-de-obra pode ocorrer de três formas distintas: empregados contratados em tempo integral, contratados a tempo parcial e contratados somente para safras (safristas).

Antes de discutir especificamente a questão do trabalho contratado, é preciso ressaltar que a escolha das quatro microrregiões abordadas neste texto não é a mais apropriada para um diagnóstico sobre a contratação de mão-de-obra em tempo integral na agricultura gaúcha. As áreas onde a presença de assalariados é mais freqüente, como no caso da orizicultura irrigada da região Sul do Estado e mesmo da pecuária da Fronteira-Oeste, não foram contempladas pela escolha das microrregiões aqui analisadas.

Feita essa ressalva, cabe ainda um comentário sobre a estrutura fundiária das microrregiões e municípios-tipo aqui escolhidas. Como se pode constatar através das Tabelas 12 e 13, as quatro regiões aqui focalizadas concentram, em sua ampla maioria, pequenas propriedades, em geral administradas pelas próprias famílias. Portanto, a análise acerca da presença de trabalho contratado deve levar em consideração que esta apreciação está sendo feita em áreas onde predominam as pequenas propriedades e, sobretudo, que se está tratando de famílias que possuem em média 4,42 pessoas por unidade (conforme destacado na tabela 8 deste texto).

A consulta à Tabela 11 revela que, na microrregião do Vale do Taquari mais da metade das propriedades concentra-se nos estratos de até 15 hectares, enquanto na região da Serra quase a metade dos estabelecimentos tem menos de 20 hectares embora, nessa região, 20,9% das propriedades incluídas na amostra têm mais de 50 hectares. A região da Depressão Central é a que apresenta a maior proporção de propriedades com mais de 50 hectares (31,3%) e no Alto Uruguai mais da metade dos proprietários possui entre 15 e 50 hectares. Os dados da Tabela 13, indicam que nos municípios-tipo essas proporções parecem se repetir, com a exceção do município de Restinga Seca, onde há uma polarização entre propriedades de tamanho muito pequeno (com menos de 5

hectares), em torno de 24%, e as propriedades de mais de 50 hectares, em torno de 40%.

Tabela 12. Estratos de área das propriedades segundo as microrregiões do RGS

Área (ha) \ Região	Serra		Vale do Taquari		Depressão Central		Alto Uruguai	
	n	%	n	%	n	%	n	%
0 a 5	27	9,0	79	13,2	54	11,6	15	5,0
5,1 a 10	30	10,0	125	20,9	36	7,8	23	7,7
10,1 a 15	43	14,3	124	20,8	59	12,7	43	14,3
15,1 a 20	42	14,0	82	13,7	51	11,0	40	13,3
20,1 a 30	48	15,9	92	15,4	61	13,1	71	23,7
30,1 a 50	48	15,9	58	9,7	58	12,5	68	22,7
50,1 ou mais	63	20,9	37	6,2	145	31,3	40	13,3
Total	301	100,0	597	100,0	464	100,0	300	100,0

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

Tabela 13. Estratos de área das propriedades segundo os municípios-tipo

Área(ha)/Município	Nova Petrópolis		Montenegro		Restinga Seca		Aratiba	
	n	%	n	%	n	%	n	%
0 a 5	10	12,5	24	17,1	12	24,0	4	5,0
5,1 a 10	13	16,3	33	23,6	1	2,0	7	8,8
10,1 a 15	18	22,5	34	24,3	5	10,0	12	15,0
15,1 a 20	19	23,8	17	12,1	3	6,0	11	13,8
20,1 a 30	11	13,8	15	10,7	2	4,0	21	26,3
30,1 a 50	8	10,0	10	7,1	7	14,0	18	22,5
50,1 ou mais	1	1,3	7	5,0	20	40,0	7	8,8
Total	80	100,0	140	100,0	50	100,0	80	100,0

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

A contratação de trabalhadores em tempo integral nas propriedades das microrregiões analisadas parece ocorrer com maior frequência nos estabelecimentos que possuem acima de 30 hectares na Serra e na Depressão Central (28,8% e 33%, respectivamente). A contratação em tempo parcial de trabalhadores é muito pouco expressiva entre os agricultores das quatro microrregiões, pois parece haver uma certa preferência pelo assalariamento de safristas. A contratação de safristas é significativa, inclusive entre os proprietários que possuem de 15 e 30 hectares e ocorre em todas as microrregiões, com exceção da Depressão Central. Já nas propriedades de mais de 30 hectares, a contratação de safristas ocorre entre um de cada quatro proprietários em média, chegando, inclusive, a 31,5% no Alto Uruguai. Nessa região, é provável que a contratação esteja associada aos picos de demanda por força de trabalho nas pequenas propriedades, nos períodos das colheitas de cereais, como a soja e o milho.

Tabela 14. Contratação de empregados em tempo integral, parcial ou safristas nas propriedades das microrregiões, segundo os estratos de área (ha).

Região		Regiões								
		Serra		Vale do Taquari		Depressão Central		Alto Uruguai		
		Não contrata	Contrata	não contrata	contrata	não contrata	contrata	não contrata	contrata	
Categoria										
Integral	até 15 ha	%	96,0	4,0	93,3	6,7	97,3	2,7	95,1	4,9
		n.	96	4	306	22	145	4	77	4
De 15 a 30 ha	%	94,4	5,6	90,2	9,8	92,9	7,1	97,3	2,7	
	n.	85	5	157	17	104	8	108	3	
mais de 30 ha	%	71,2	28,8	88,4	11,6	67,0	33,0	87,0	13,0	
	n.	79	32	84	11	136	67	94	14	
Parcial	até 15 ha	%	96,0	4,0	93,0	7,0	95,3	4,7	93,8	6,2
		n.	96	4	305	23	142	7	76	5
de 15 a 30 ha	%	98,9	1,1	87,9	12,1	91,1	8,9	97,3	2,7	
	n.	89	1	153	21	102	10	108	3	
mais de 30 ha	%	79,3	20,7	85,3	14,7	84,2	15,8	88,9	11,1	
	n.	88	23	81	14	171	32	96	12	
Safrista	até 15 ha	%	93,0	7,0	85,4	14,6	90,6	9,4	84,0	16,0
		n.	93	7	280	48	135	14	68	13
de 15 a 30 ha	%	80,0	20,0	81,0	19,0	90,2	9,8	72,1	27,9	
	n.	72	18	141	33	101	11	80	31	
mais de 30 ha	%	75,7	24,3	76,8	23,2	75,4	24,6	68,5	31,5	
	n.	84	27	73	22	153	50	74	34	

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

Observação: Os valores em negrito correspondem aos percentuais.

Conforme destacamos anteriormente, é possível que a preferência pela contratação de assalariados permanentes (em tempo integral) entre os proprietários das áreas de maior tamanho tenha vinculação com a maior quantidade de tempo de trabalho que estes dedicam à propriedade. Isso é o que ocorre, por exemplo, entre os proprietários que possuem acima de 50 hectares nas microrregiões da Serra e da Depressão Central. Conforme já indicado na Tabela 4, na microrregião da Serra 58,2% dos proprietários trabalham em tempo integral na propriedade e 21,5% trabalham fora da propriedade. Na Depressão Central, como também se indicou na Tabela 6, os que trabalham em tempo integral são 54%, e os que trabalham fora da propriedade chegam a 30,1% (não se pode esquecer, neste último caso, que é na Depressão Central que se localiza a maior proporção de propriedades que possuem tamanho superior a 50 hectares, 31,3%, conforme Tabela 12). Comparando-se os dados referentes à ocupação da

força de trabalho com as informações que constam na tabela 14, percebe-se que há uma relação entre variáveis como o tamanho da propriedade, maior uso da força de trabalho em integral e a contratação de trabalhadores. É justamente nas microrregiões da Serra e da Depressão Central que se verifica o percentual mais elevado de contratação de mão-de-obra em tempo integral nas propriedades que possuem acima de 30 hectares, 28,8% e 33%, respectivamente).

Desse modo, ainda que em caráter absolutamente preliminar e sujeito a novas averiguações empíricas, pode-se afirmar que, mesmo nas propriedades de maior tamanho de área, ocorre a combinação de atividades agrícolas com outras ocupações fora da propriedade, permitindo que a mão-de-obra familiar seja alocada em tempo integral, parcial e fora da propriedade.

Tabela 15. Contratação de empregados em tempo integral, parcial ou safristas nas propriedades dos municípios-tipo, segundo os estratos de área (ha).

		Municípios							
		Nova Petrópolis		Montenegro		Restinga Seca		Aratiba	
		não contrata	Contrata	não contrata	contrata	não contrata	contrata	não contrata	contrata
Integral									
até 15 ha	%	100,0		89,0	11,0	100,0		95,7	4,3
	n.	41		81	10	18		22	1
de 15 a 30 ha	%	90,0	10,0	84,4	15,6	100,0		96,9	3,1
	n.	27	3	27	5	5		31	1
mais de 30 ha	%	77,8	22,2	82,4	17,6	59,3	40,7	84,0	16,0
	n.	7	2	14	3	16	11	21	4
Parcial									
até 15 ha	%	97,6	2,4	89,0	11,0	94,4	5,6	91,3	8,7
	n.	40	1	81	10	17	1	21	2
de 15 a 30 ha	%	100,0		90,6	9,4	100,0		100,0	
	n.	30		29	3	5		32	
mais de 30 ha	%	100,0		94,1	5,9	70,4	29,6	92,0	8,0
	n.	9		16	1	19	8	23	2
Safrista									
até 15 ha	%	97,6	2,4	91,2	8,8	88,9	11,1	95,7	4,3
	n.	40	1	83	8	16	2	22	1
de 15 a 30 ha	%	76,7	23,3	87,5	12,5	60,0	40,0	84,4	15,6
	n.	23	7	28	4	3	2	27	5
mais de 30 ha	%	100,0		76,5	23,5	77,8	22,2	68,0	32,0
	n.	9	0	13	4	21	6	17	8

Fonte: Pesquisa Rural EMATER/RS (1992) (dados processados pelo autor).

Observação: Os valores em negrito correspondem aos percentuais.

Quando se analisa a contratação de empregados nos municípios-tipo, fica mais evidente a pouca expressividade do assalariamento de trabalhadores em tempo integral, e mesmo em tempo parcial, na agricultura gaúcha (pelo menos no que se refere às áreas onde predominam as pequenas propriedades, como é o caso das quatro microrregiões aqui analisadas). No entanto, em todos os municípios selecionados ocorre a contratação de safristas, especialmente entre os proprietários que possuem mais de 30 hectares, excetuando-se Nova Petrópolis. Neste município, a não-utilização de safristas pode estar relacionada ao fato de existirem muito poucos proprietários que possuem áreas maiores de 30 hectares, conforme demonstra a Tabela 15. Já no município de Restinga Seca, verifica-se uma expressiva proporção de 40% dos proprietários que possuíam entre 15 e 30 hectares que afirmaram contratar safristas.

5- Considerações Finais

A dinâmica do emprego e da ocupação na agricultura gaúcha, nas duas últimas décadas, parece indicar que o que está gerando novos postos de trabalho no meio rural não é a agricultura, mas um conjunto de atividades que até pouco tempo eram identificadas somente com as cidades e os espaços urbanos, e que agora se estendem ao campo. É claro que isso não permite concluir que o setor agrícola está deixando de ter importância no espaço rural gaúcho. O que se pretendeu demonstrar, com base nos dados disponíveis, é que estão surgindo outras atividades e formas de ocupação no espaço rural que poderão, inclusive, ampliar as oportunidades de emprego e constituir-se em novas perspectivas de trabalho para quem lá habita e que por opção ou mesmo contingência não trabalha na agricultura.

O crescimento das atividades não agrícolas não é um fenômeno efêmero, pois vem evoluindo gradativamente a partir da década de 1980 e revela estar presente em todas as microrregiões do Estado, mesmo naquelas onde a agricultura ainda continua a ser a principal ocupação da população rural. Em razão do crescimento dessas atividades, as propriedades rurais parecem estar caminhando no sentido da diversificação da ocupação da força de trabalho, sendo cada vez mais freqüente a combinação da atividade agrícola com o exercício de uma atividade fora das propriedades. Neste trabalho, constatou-se que, entre as regiões analisadas, há uma variação bastante acentuada de formas de ocupação da mão-de-obra, não sendo raras as situações de combinação entre o trabalho em tempo integral e parcial em um mesmo estabelecimento.

Em face da queda persistente do emprego agrícola, as informações sobre o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural do Rio Grande do Sul talvez estejam a indicar que, nos dias de hoje, torna-se necessário romper com a associação e mesmo com a redução do espaço rural exclusivamente às atividades agrícolas (Schneider e Navarro, 1998 e 1999). Esse reducionismo tem

levado muitos estudiosos a afirmar que a agricultura talvez seja a “salvação da lavoura” para o problema do desemprego estrutural da sociedade, fato que não se verifica. Na agricultura, como nos demais setores econômicos, o avanço do progresso técnico também caminha no sentido de aumentar o divórcio entre o aumento da produção e a ocupação da força de trabalho. Nesse sentido, é possível até mesmo imaginar-se propriedades cada vez mais modernizadas do ponto de vista tecnológico que funcionem com base na utilização da força de trabalho em tempo parcial, sem que isso comprometa sua produtividade.

Embora este trabalho não tenha pretensão de apontar conclusões definitivas, os dados acerca do crescimento das atividades não agrícolas no meio rural do Rio Grande do Sul parecem ser suficientes para demonstrar que este já é um fenômeno economicamente relevante e que possui expressão social, sobretudo no que se refere às ligações com as economias locais e regionais. E é por essa razão que o prosseguimento das investigações com base em trabalhos de campo, focalizando espaços de menor recorte geográfico do que a agregação por unidades da Federação extraídas das PNADs se faz necessário.

4. Bibliografia de Referência

- ALONSO, JOSÉ ANTÔNIO et alii. *Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1994.
- BENETTI, MARIA DOMINGUES. Reconversão e reestruturação do agribusiness rio-grandense. In *Projeto RS-2010: Agribusiness*. Porto Alegre, Governo do Estado, Secretaria do Planejamento/FEE, p. 13-22, 1997.
- BRUMER, ANITA. Qual a vocação produtiva da agricultura familiar? Trabalho apresentado no *XX Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, Minas Gerais, mimeo, 22 páginas, 1996.
- CARNEIRO, M. J. *Camponeses, Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 228p., 1998.
- CHAYANOV, A.V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J & STOLCKE, V (1981) *A Questão Agrária*. SP, Brasiliense, 1981.
- CHAYANOV, A.V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

- DEL GROSSI, M.E. *Evolução das Ocupações Não agrícolas no Meio Rural Brasileiro – 1981-1995*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, Tese de Doutorado, 1999.
- EMATER. MANUAL DE INSTRUÇÕES. *Pesquisa sobre a realidade econômica, social, agrícola e de associativismo do meio rural – parte integrante do estudo de situação*. Porto Alegre, julho de 1992, mimeo.
- EMATER. *Pesquisa Rural (subsídio para o estudo de situação)*. Porto Alegre, julho de 1992, mimeo.
- FULLER. A.M. From Part Time Farming to Pluriativity: a decade of change in rural Europe. Great Britain, *Journal of Rural Studies*, V. 6, n° 4, p.361-373, 1990.
- GRANDO, MARINÊS ZANDAVALI. *Agropecuária do Rio Grande do Sul – 1980-1995 : a caminho da eficiência*. Fundação de Economia e Estatística, Secretaria da Coordenação e Planejamento. Porto Alegre, 161 p., 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, JOSÉ E DEL GROSSI, MAURO EDUARDO. A mudança no conceito do trabalho nas novas PNADs. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, pp. 1-16, junho, 1997a.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, pp. 43-81, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, JOSÉ.; BALSADI, OTAVIO VALENTIM; DEL GROSSI, MAURO EDUARDO. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 3, pp. 50-64, 1997
- OCDE. Organisation de Coopération et de Développement Économiques. *Indicateurs Territoriaux De L'emploi: le point sur le développement rural*. Paris, OCDE, 1996.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e Industrialização. Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1999.
- SCHNEIDER, S. & NAVARRO, Z. Agricultura e Novas Formas de Ocupação no Meio Rural (um estudo das tendências recentes). In : AGUIAR, D.R.D. E PINHO, J.B. (Editores) *O Agronegócio Brasileiro : desafios e perspectivas*. Brasília, SOBER, 1998, 1086 p. , II volumes, pp. 617-635, 1998.
- SCHNEIDER, SERGIO & NAVARRO, ZANDER. *Emprego Agrícola e Novas Formas de Ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise preliminar a partir*

Ocupação da força de trabalho na agricultura gaúcha: uma análise a partir da pesquisa rural da EMATER/RS de 1992

dos dados da PNAD de 1981 a 1997. Campinas, Unicamp, Seminário “O Novo Rural Brasileiro”, 24-25 de março de 1999, mimeo, 1999.

SCHNEIDER, SERGIO. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo-parcial. Porto Alegre, *Revista Ensaios FEE*, Ano 16, n. 1, pp.105-119, 1995.

SCHNEIDER, SERGIO. *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1994.